

## Sociedade Patriarcal Religiosa: O Homem Afeminado, Sexualidade e Expressões de Gênero

Lucas Willyam Gonçalves de Santana<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Centro Universitário Maurício De Nassau de Aracaju,  
Aracaju, SE, Brasil

Thiago de Oliveira Felizmino<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Centro Universitário Maurício De Nassau de Aracaju,  
Aracaju, SE, Brasil

**Resumo:** Neste artigo teórico, foi elaborada uma análise precisa de como ocorre socialmente a junção do patriarcado e dos dogmas religiosos quando se trata de sexualidade, identidade e expressão de gênero. É inequívoco que essa junção é prejudicial não somente à comunidade LGBTQIAPN+, mas também aos próprios heterossexuais que participam dessa conjugação. Sendo assim, torna-se fulcral sondar de maneira teórica a compreensão das consequências sociais e de saúde pública decorrentes dessa conjugação que é o patriarcado e os dogmas religiosos. Com o propósito de atingir esse objetivo, recorreu-se às informações em bancos de dados e livros, especificamente nas ramificações negativas que prejudicam a vida enquanto seres sociais dos indivíduos da comunidade LGBTQIAPN+. Para além do desenvolvimento do entendimento, se destaca a necessidade de implementação de mais políticas públicas para a proteção da comunidade LGBTQIAPN+. Adicionalmente, destacou-se a urgência de mais pesquisas em solo brasileiro com ênfase, principalmente, nas mulheres masculinas enquanto seres sociais.

**Palavras-Chave:** Gênero, Patriarcado, Religiosidade, Sexualidade.

---

## Religious Patriarchal Society: the Effeminate Man, Sexuality and Gender Expressions

**Abstract:** This theoretical article develops a precise analysis of how patriarchy and religious dogmas are combined socially when it comes to sexuality, identity, and gender expression. Said combination is unequivocally harmful not only to the LGBTQIA+ community but also to the heterosexual individuals who participate in this combination. Thus, it is essential to theoretically explore the understanding of the social and public health consequences resulting from this conjunction between patriarchy and religious dogmas. To this end, we used information in databases and books about the negative ramifications that harm the lives of LGBTQIA+ individuals as social beings. In addition to developing understanding, the need to implement more public policies to protect the LGBTQIA+ community stands out. Additionally, we highlight the urgency of more research on Brazilian soil, with emphasis on masculine women as social beings.

**Keywords:** Gender, Patriarchy, Religiosity, Sexuality.

---

## Sociedad Patriarcal Religiosa: el Hombre Afeminado, Sexualidad y Expresiones de Género

**Resumen:** En este artículo teórico se desarrolló un análisis preciso de cómo se da socialmente la combinación de patriarcado y dogmas religiosos en lo que respecta a la sexualidad, la identidad y la expresión de género. Es inequívoco que esta combinación es perjudicial no solo para la comunidad LGBTQIAPN+, sino también para los propios heterosexuales que participan en esta combinación. Por lo tanto, es fundamental explorar de manera teórica la comprensión de las consecuencias sociales y de salud pública resultantes de esta conjunción que es el patriarcado y los dogmas religiosos. Para lograr este objetivo, utilizamos información de bases de datos y libros, específicamente, sobre las ramificaciones negativas que dañan la vida de las personas de la comunidad LGBTQIAPN+ como seres sociales. Además de desarrollar el entendimiento, destaca la necesidad de implementar más políticas públicas para proteger a la comunidad LGBTQIAPN+. Además, subraya la urgencia de más investigaciones en suelo brasileño, con énfasis, principalmente, en las mujeres masculinas como seres sociales.

**Palabras clave:** Género, Patriarcado, Religiosidad, Sexualidad.

O patriarcado caracteriza-se pela implementação, pelos homens, de regras e normas que regulam o meio social. Com o intuito de comandar tudo e a todos, os homens, por conta do patriarcado, são tidos como superiores, apesar de existir variações do que é ser homem nesse sistema (Moura & Nascimento, 2021; Welzer-Lang, 2001).

Para a tomada de decisões de um Estado democrático, o intuito, a princípio, é que se tenha decisões que sejam abrangentes a todo o conjunto da sociedade, mas o que ocorre é o contrário, pois as razões religiosas são colocadas em pauta no momento das decisões. Há uma oposição contemporânea, que se denomina fundamentalismo religioso, que vai ao encontro de forma negativa dos ideais democráticos, afirmando que as ideias iluministas e a separação entre religião e sociedade trouxeram, de certa maneira, prejuízos morais e desrespeitaram as crenças que costumavam guiar a sociedade como um todo (Lionço, 2017; Rudas, 2021). Esse movimento ganhou força no século XX como uma reação à dominância da secularização e é uma “forma de reconduzir Deus ao campo da política, do qual fora banido” (Armstrong, 2009, p. 491).

O fundamentalismo religioso é uma ofensa aos princípios da modernidade, que reivindicam o retorno de tradições para a base da vida social. Os

fundamentalistas, de inúmeras maneiras, se fazem presentes na linha de frente para serem contrários aos direitos adquiridos por meio da luta política das mulheres, de homossexuais, travestis, transexuais e profissionais do sexo (Lionço, 2017). “Os fundamentalismos acreditam que estão combatendo forças que ameaçam seus valores mais sagrados” (Armstrong, 2009, p. 18).

O Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu a criminalização da homofobia e da transfobia, formas de discriminação que atingem grupos historicamente marcados pelo preconceito. As violências podem ser físicas, verbais ou psicológicas. Na maioria dos casos, as violências vêm acompanhadas de teor religioso, sempre indicando que é pecado e que as pessoas LGBTQIAPN+ irão para o inferno por serem como são. Esses dogmas religiosos que são utilizados para preferir preconceito acompanham a heteronormatividade implementada pelo patriarcado (Oliveira & Bárbieri, 2019; Saraiva, Santos, & Pereira, 2020).

Em 2022, no Brasil, foram registradas duas mortes de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ a cada três dias (Machado, 2023). Mesmo com a criminalização da LGBTfobia, ainda ocorrem atos de ignorância por parte da população, que consideram as pessoas pertencentes a esse grupo “suja”, “pecadoras” ou “nojentas”. As mulheres trans e travestis foram as maiores

vítimas, compondo 159 casos de morte (58,24%), logo depois os homens gays, com 96 mortes (35,16%). Os homens trans e transmasculinos representaram 2,93%. Da mesma forma as mulheres lésbicas, com 8 casos de morte. Houve 1 registro (0,37%) de morte de pessoas não binárias. Há dados de 83,52% de mortes por assassinato e 16,48% de outras mortes básicas (Machado, 2023).

## O patriarcado

Há milhares de anos, as sociedades primitivas, que eram originalmente comandadas por mulheres, desconheciam a participação do homem referente à reprodução. Não havia rigidez nos papéis sociais e sexuais de homens e mulheres em sua definição, sendo assim, o homem não tinha controle sobre elas (Narvaz & Koller, 2006).

Com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, os homens passaram a se fixar na caça, fazendo com que, de certa maneira, os papéis entre homens e mulheres fossem distintos, porque as mulheres ficaram com o cultivo da terra e os cuidados das crianças. Quando houve a descoberta da importância do masculino na reprodução, o homem passou a ter controle sobre as mulheres e sobre a sexualidade, o que denominou o patriarcado (Narvaz & Koller, 2006).

O patriarcado, sendo considerado uma herança escravista, ainda perpetuada na sociedade brasileira atual, manifesta-se por meio de comportamentos que prejudicam uma série de situações. Como o patriarcado, de certa maneira, não é acompanhado de dogmas religiosos, mas sofre uma influência desses preceitos em seu cotidiano, com base nas relações familiares, entende-se que o dogma está mais para um modo de controle independente de gênero, porém um homem branco cis heteronormativo sempre será beneficiado por essa junção de alguma forma (Aguiar, 2000).

O poder patriarcal pode ser entendido como uma maneira de tradição em que as tomadas de decisões que seguem essa norma não mudam. Também há uma certa devoção ao homem que comanda a família ou qualquer outro grupo social, tanto que, por conta dessa veneração, há uma dominação que é herdada de pai para filho. As mulheres prestam serviços domésticos, entre outros, aos homens, ainda que elas trabalhem fora de casa, porque as atividades trabalhistas não excluem o serviço doméstico. Por conta de os homens terem maior poder de controlar coletiva e individualmente as mulheres, são atribuídos a eles

alguns privilégios materiais, culturais e simbólicos, fazendo com que, como já citado, a dominância seja masculina (Aguiar, 2000; Welzer-Lang, 2001).

Ao se colocar em diversos assuntos, o patriarcado vai além da diferença salarial, fazendo-se presente na sexualidade, na violência e no Estado. Visto que é entendido como tradição ou uma herança, esse sistema prejudica até mesmo a sexualidade, deixando de maneira clara que é contrário a algo que fuja da junção de homem e mulher, contribuindo com a violência gerada a partir desse discurso (Aguiar, 2000).

Com isso, tem como interesse defender a família heteronormativa, presumida sagrada, que também tem ideias tradicionais de como o homem e a mulher devem agir dentro dessa família e da sociedade, impondo que somente um tipo de prática sexual é a correta, principalmente aquelas que se realizam visando à procriação (Lionço, 2017).

A família não é formada pelos entes que dividem o mesmo laço sanguíneo, mas, sim, pela organização social definida por quem a compõe. Diferentes formas de famílias foram criadas ao longo dos anos, uma delas é a família patriarcal, que tem como foco a figura masculina. Com isso, se percebe que, em maioria, as famílias brasileiras se encaixam no modelo da família patriarcal, também levando em consideração sua composição com os dogmas religiosos (Narvaz & Koller, 2006).

O patriarcado não dá poder ao pai, mas, sim, ao masculino como um todo, enquanto categoria social, em que se encontra a separação em dois princípios básicos: a) o feminino está, por definição hierárquica, submisso a masculino; e b) jovens, sejam homens e principalmente mulheres, estão subordinados aos mais velhos, e isso ainda se nota bastante na sociedade atual (Narvaz & Koller, 2006).

## O meio social dos homens

O processo de socialização dos homens desde a infância envolve a transmissão de normas e comportamentos associados à masculinidade, por meio da interação com homens mais velhos que atuam como iniciadores. Essa iniciação visa promover uma identificação com características consideradas viris, como a prática de esportes e a rejeição de comportamentos associados às mulheres, contribuindo para a perpetuação da heteronormatividade. A compreensão das questões de gênero revela que a virilidade não é apenas uma característica individual, mas também uma

expressão coletiva da dominação masculina, influenciando as relações de poder (Moura & Nascimento, 2021; Welzer-Lang, 2001).

Nos espaços de socialização masculina, os jovens aprendem a internalizar normas de masculinidade por meio de interações muitas vezes repletas de curiosidade sexual e comparações físicas, tudo sob a sombra do medo de serem associados à feminilidade. Essa aprendizagem é marcada por um processo doloroso de conformidade com a heteronormatividade, levando a uma guerra interna e externa pela afirmação da virilidade. O contexto religioso agrava esses conflitos. O conceito de masculinidade é complexo e plural, influenciado por valores e significados culturais que variam entre diferentes grupos e contextos, destacando a necessidade de reconhecer e respeitar a diversidade de expressões masculinas (Moura & Nascimento, 2021; Welzer-Lang, 2001).

A virilidade, ligada à masculinidade, engloba tanto características de força e poder quanto uma conotação sexual centrada na penetração, simbolizando uma dominância sobre grupos considerados menos viris, como mulheres e crianças. A competição entre os homens por essa virilidade pode levar a situações perigosas, especialmente para os jovens, que buscam a validação por meio de rituais de iniciação que muitas vezes envolvem a prova da potência sexual, como a perda da virgindade com uma mulher. Essa busca pela virilidade é reforçada pelos mais velhos e pelos dogmas religiosos, enfatizando a importância do aspecto sexual e relegando a mente a um papel secundário (Moura & Nascimento, 2021; Welzer-Lang, 2001).

A pressão para demonstrar virilidade entre os homens, independentemente da orientação sexual, é impulsionada pela necessidade de evitar associações com características femininas, reforçada por normas religiosas. Essa busca pela conformidade com a heteronormatividade alimenta a homofobia, gerando o medo nos homens, principalmente nos mais jovens, de não serem percebidos como suficientemente masculinos. Mesmo aquelas que são casados sentem a necessidade de reafirmar sua masculinidade em ambientes masculinos, afastando-se da associação com a homossexualidade de maneira heteronormativa e religiosa. Aqueles que não se enquadram nesse padrão são estigmatizados, perpetuando a ideia de que os homossexuais são sempre passivos e submissos, enquanto os heterossexuais devem ser ativos e dominantes, resultando na exclusão daqueles que não

se conformam com essa configuração (Saraiva et al., 2020; Welzer-Lang, 2001).

### **A feminilidade no masculino**

As crianças nascidas com sexo masculino são socializadas para desempenhar papéis sociais moldados pela heteronormatividade. Destaca-se que, durante a infância, os meninos são instruídos a internalizar padrões socialmente estabelecidos, sendo ensinados que ser homem é distinto de ser mulher. Nesse processo, esses jovens são orientados a desejar as mulheres enquanto negam e se desvinculam de qualquer modelo feminino, rejeitando a feminilidade em seus corpos para se distinguirem daqueles socialmente considerados não homens, como as “mulherzinhas” e os “viados”. Entretanto, a realidade da infância não é uniforme para todos os meninos, havendo aqueles que adotam comportamentos considerados “femininos”, sendo assim denominados meninos afeminados (Moura & Nascimento, 2021).

Os meninos são socialmente educados, desde a infância, a se conformarem a padrões de masculinidade, os quais desencorajam comportamentos coquetos, sedutores ou vaidosos. A pressão para independência em relação aos adultos pode ser tão intensa que alguns meninos, em busca dos comportamentos desejados, optam pela feminilidade. Para outros, a adoção da feminilidade pode representar uma maneira de orientação à homossexualidade. Esse contexto propicia a declaração de uma “guerra” contra o menino afeminado, refletindo uma temporada constante de “caça às crianças gays”, evidenciando as pressões e discriminações enfrentadas por aqueles que desafiam as normas tradicionais da masculinidade (Moura & Nascimento, 2021).

A “*sissyphobia*” surge quando traços socialmente ligados ao feminino são incorporados por indivíduos do sexo masculino, resultando em diversos preconceitos. Esse termo indica o medo que a sociedade heteronormativa nutre em relação a meninos ou homens que não se encaixam aos comportamentos estereotipados como masculinos. Para a visão heteronormativa, tais comportamentos são associados a uma suposta falta de coragem, força, habilidade atlética e virilidade (Moura & Nascimento, 2021).

A heteronormatividade permeia o processo civilizatório das crianças, impondo traços e características de feminilidade ou masculinidade na educação do corpo. Essa imposição ocorre tanto no âmbito familiar

quanto nas práticas escolares, bem como em outros processos de socialização. Com isso, entende-se que a principal fonte de imposição é aquela responsável pelo desenvolvimento primário, “a família é uma instituição responsável por socializar a criança de acordo com a heteronormatividade” (Moura & Nascimento, 2021, p. 10). Dessa forma, os discursos de “normatização” manifestam-se nessas instituições e espaços, visando padronizar meninos e meninas de acordo com a heteronormatividade. A visão de ser afeminado é associada a uma suposta falha na conformidade com as normas heteronormativas ou pode representar um significativo conflito interno em relação à identidade masculina (Moura & Nascimento, 2021).

A junção dos termos “norma” e “hétero” sugere a existência de uma normatividade heterossexual que busca estabelecer padrões uniformes, frequentemente associados à concepção do que é considerado natural. A presença tanto da heteronormatividade quanto da construção social da masculinidade é evidente no imaginário coletivo, por exemplo, na categorização de gestos como masculinos ou femininos, que demarca um sistema distintivo e hierárquico (Saraiva et al., 2020).

A ideia de que há uma maneira “normal” de expressar a sexualidade, chamada heteronormatividade, é constantemente reforçada por discursos, práticas e crenças na sociedade. Isso acontece devido à crença na existência de apenas dois sexos que se complementam, ligando automaticamente gênero e sexualidade de modo binário. Essa visão influencia a maneira como as pessoas interagem, desde interações sutis até mais significativas, e leva a sociedade a impor padrões e hierarquias no comportamento, especialmente no contexto sexual (Saraiva et al., 2020).

Na evolução das sociedades ocidentais, a homossexualidade foi muitas vezes encarada como algo fora do comum, resultando na estigmatização do indivíduo homossexual diante do padrão de masculinidade que valoriza a heterossexualidade compulsória. O estresse da minoria acaba vindo da pressão pela normatividade e da vigilância para saber se está indo de acordo com a regra implementada em toda a sociedade (Castro & Siqueira, 2020; Saraiva et al., 2020).

No contexto da masculinidade predominante, a narrativa que define ser um homem heterossexual é destacada como a única expressão aceitável de masculinidade. Isso evidencia que a homofobia resulta de uma combinação de sexismo e machismo. Para os

homens, a apreensão de não se enquadrar suficientemente nos padrões de masculinidade é o princípio fundamental na conexão entre a homofobia e as normas culturais heteronormativas, abarcando o receio de associação à feminilidade, de não correspondência às expectativas culturais e da estigmatização como gay (Castro & Siqueira, 2020).

A heteronormatividade é como as expectativas sociais moldam o que é aceito e esperado em termos de sexualidade, estabelecendo padrões para as pessoas. Isso significa que, no contexto ocidental contemporâneo, as relações heterossexuais são vistas como normais, enquanto outras formas de comportamento sexual são consideradas diferentes. A relação entre homofobia e heteronormatividade é complexa, pois ambas estão ligadas a crenças, ações e ideias compartilhadas. De maneira simples, a homofobia é discriminatória, enquanto a heteronormatividade cria padrões “aceitáveis” (Castro & Siqueira, 2020).

A rejeição ao feminino no masculino é interpretada como uma estratégia para preservar a posição privilegiada do homem heterossexual e dominante na sociedade. Sob essa perspectiva, a repulsa ao feminino no contexto de indivíduos gays afeminados e crianças afeminadas é considerada uma ameaça à heteronormatividade (Moura & Nascimento; 2021).

Alguns gays constroem sua identidade de gênero referenciando-se na heteronormatividade masculina, enquanto outros alicerçam sua expressão com base nas concepções sociais de feminilidade. No entanto, a presença de homens femininos é interpretada como uma ferramenta para reforçar os padrões de masculinidade hegemônica, servindo como exemplos daquilo que um homem másculo não deve ser ou de como deve se portar (Moura & Nascimento, 2021).

O termo “masculinidade hegemônica” (heterossexual, branca e cristã) é empregado pela academia para descrever tanto os principais elementos da sexualidade masculina quanto os atributos do papel do gênero masculino. Destaca-se que os traços estereotipados associados à masculinidade hegemônica incluem características como racionalidade, assertividade e competitividade. As características mencionadas anteriormente estão associadas ao conceito de masculinidade hegemônica, que representa uma continuidade da dominação masculina e abrange o envolvimento dos homens em práticas tóxicas, incluindo a violência física, para estabilizar a dominação de gênero em um contexto específico. Nesse cenário, a

construção da masculinidade adulta ocorre em oposição e com reações exageradas contra as feminilidades, contribuindo para a relação entre masculinidade e subordinação do feminino (Moura & Nascimento, 2021; Saraiva et al., 2020).

Se há também uma masculinidade subalterna, que revela desigualdades relacionadas à raça, etnia, sexualidade e origem, então as relações de superioridade e subalternidade nas masculinidades estão vinculadas à conformidade com a heteronormatividade. Indivíduos mais alinhados às expectativas heterossexuais ocupam posições superiores, enquanto aqueles que divergem desse padrão ocupam posições inferiores. Essa dinâmica resulta na hierarquização das masculinidades, privilegiando o homem mais alinhado à masculinidade e colocando as demais manifestações em posições inferiores (Saraiva et al., 2020).

A masculinidade hegemônica não apenas incorpora o modo mais prestigiado de ser homem, mas também impõe que todos os outros homens se posicionem em relação a ela. Além disso, ela legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. Um dos desafios da masculinidade hegemônica reside em sua associação “natural” com os “machos”, enquanto a feminilidade é vinculada às fêmeas, revelando definições fundamentadas em critérios biológicos. Homens que resistem aos comportamentos hegemônicos de masculinidade são categorizados como outros sujeitos, como o novo homem, o macho feminista, ou são inseridos em diversas formas de identidade homossexual masculina (Moura & Nascimento, 2021).

A dominação masculina impacta os gays por meio do estigma relacionado às diferenças, inserindo-os em grupos socialmente estigmatizados. A rejeição por parte de gays que adotam a masculinidade hegemônica em relação aos comportamentos afeminados não se centra tanto na homossexualidade em si, mas na associação com traços considerados femininos, principalmente no contexto organizacional (Moura & Nascimento, 2021).

Alguns gays buscam construir uma imagem semelhante à dos homens heterossexuais, adotando práticas comportamentais relacionadas à masculinidade hegemônica, porém de maneira reinterpretada. Isso sugere a existência de diferentes expressões de masculinidade. Para alguns gays, a masculinidade pode ser vivenciada de maneira um pouco mais sensível do que a versão “bruta” associada ao homem heterossexual, indicando que esses comportamentos

não necessariamente se vinculam à feminilidade, mas representam uma manifestação alternativa da masculinidade (Moura & Nascimento, 2021).

No ambiente organizacional, o indivíduo gay muitas vezes enfrenta injustiças e situações constrangedoras, as quais o colocam em uma posição de vulnerabilidade. Mesmo quando as organizações se declaram abertas à diversidade sexual, espera-se que os homossexuais se conformem aos padrões de comportamento social impostos pela sociedade heteronormativa, resultando em disparidades de oportunidades. Nesse contexto, os gays afeminados frequentemente não desfrutam das mesmas oportunidades quando comparados a seus pares com comportamentos mais alinhados à heteronormatividade (Moura & Nascimento, 2021).

Gays afeminados enfrentam discriminação por serem gays e por adotarem um comportamento relacionado ao feminino. Além do preconceito de heterossexuais, há também discriminação por parte de gays que se portam segundo os padrões heteronormativos. Nas organizações, o comportamento afeminado tende a afetar a forma como esses sujeitos são percebidos, associando-os a posições temporárias devido à não conformidade com os padrões desejados. Esse preconceito vai além da homossexualidade, alcançando aspectos associados ao universo feminino (Moura & Nascimento, 2021).

O conceito de organização não se restringe apenas à designação de empresas, abarcando também entidades, instituições públicas, políticas ou sociais, e pode ser estendido a diversos outros tipos de vida social organizada (Moura & Nascimento, 2021).

A discriminação e o preconceito contra o gay afeminado representam uma maneira pela qual o homem heterossexual preserva seu poder, tanto no contexto organizacional quanto na sociedade em geral. A abordagem do feminino para homens gays se torna uma fonte de sofrimento e rejeição, não apenas no ambiente de trabalho, mas também devido às experiências vividas na sociedade desde a infância (Moura & Nascimento, 2021).

Muitos gays optam por não se assumir nos locais de trabalho ou evitam exibir comportamentos associados à feminilidade, acreditando que esses traços não são aceitos pelas organizações e poderiam acarretar problemas no ambiente laboral (Moura & Nascimento, 2021).

O gay afeminado é descrito como aquele que destaca em seu corpo características geralmente associadas às mulheres, como o jeito de andar, os gestos, o cuidado com os cabelos e um tom de voz mais agudo. Com isso, se entende que essas características de maneira individual são rejeitadas em outros homossexuais, buscando diminuir a feminilidade em seu comportamento. Percebe-se, assim, que mesmo entre os homossexuais as características femininas são negadas ou tidas com preconceito, validando a heteronormatividade imposta desde seu desenvolvimento. Os homens gays, ao serem influenciados pelas relações de poder hegemônicas, podem inadvertidamente perpetuar normas discriminatórias entre si, evidenciando a complexa dinâmica da heteronormatividade (Moura & Nascimento, 2021; Saraiva et al., 2020).

A estigmatização do gay afeminado é intensificada quando ele manifesta traços como empatia, “vulnerabilidade” e colaboração, uma vez que essas características são socialmente associadas às mulheres e a indivíduos percebidos como femininos. Isso contribui para a construção de estereótipos e para a marginalização desses comportamentos (Moura & Nascimento, 2021).

A feminilidade não está restrita às mulheres, pois indivíduos afeminados, ao considerarem ter características femininas, evidenciam que ser feminino é uma construção desvinculada do sexo biológico, ligada a aspectos psicológicos e sociais. O gênero, uma construção mental, desempenha um papel significativo na demarcação de relações de poder, especialmente no contexto organizacional, onde se reforça a dominação masculina. Essa dominação se manifesta até nas formas de fala e gestos dos indivíduos femininos, sujeitos a deboche e repressão, inclusive por parte de outros gays. Dessa forma, ressalta-se que o corpo feminino, isto é, suas características, é, em última instância, uma construção política (Moura & Nascimento, 2021).

O termo “feminilidades” é diferente para as mulheres e para os gays afeminados. Nas mulheres, a feminilidade envolve submissão, fragilidade e a ideia de serem vistas como menos competentes para certas funções, além de abarcar o papel tradicional de cuidar do lar. Já nos gays afeminados, a feminilidade está ligada a exageros no comportamento, vaidade e voz aguda. No entanto, essas expressões de feminilidade são muitas vezes rejeitadas por esses indivíduos, pois, estando associadas a corpos masculinos, podem fazê-los parecer menos capazes. Essa observação destaca

que as noções de feminilidade estão diretamente relacionadas aos papéis de gênero definidos pela sociedade e pela cultura (Moura & Nascimento, 2021).

As organizações toleram a afeminofobia, evidenciada pelo menosprezo a gays afeminados que não se encaixam nos papéis de gênero esperados. Embora não seja uma regra expressa, muitas pessoas internalizam a ideia de que ser gay é aceitável, desde que se mantenha uma imagem viril. Essa perspectiva não apenas é perpetuada por organizações que favorecem a masculinidade hegemônica, mas também por alguns indivíduos dentro da comunidade homossexual, que estigmatizam aqueles que não são considerados discretos (Moura & Nascimento, 2021).

A percepção de “ser feminino” como menos capaz e a associação da masculinidade à capacidade revelam que muitos gays ainda aderem ao mito da fragilidade feminina. Isso confirma a aceitação e a reprodução do processo de socialização diferenciada, destinada aos indivíduos femininos e masculinos. Esses padrões também atuam como reprodutores da dominação masculina, tanto na sociedade quanto nas organizações (Moura & Nascimento, 2021).

Diversas instituições, como família, escola e trabalho, desempenham um papel crucial na criação da masculinidade/virilidade nos indivíduos. A família busca impor comportamentos masculinos na infância, corrigindo características afeminadas, podendo estigmatizar aqueles que não se conformam. Na escola, crianças afeminadas enfrentam deboche e exclusão, sendo consideradas desviantes em relação à heteronormatividade. A escola, além de preparar para a vida organizacional, é, em si, uma organização. O ambiente de trabalho também promove comportamentos masculinos, algumas vezes visando eliminar traços femininos nos gays. Essas práticas organizacionais contribuem para moldar a masculinidade nos homens (Moura & Nascimento, 2021).

Os gays afeminados enfrentam frequentemente a homofobia, tanto por parte da sociedade heteronormativa quanto das organizações que refletem os valores sociais. Homens gays que não se encaixam nos padrões de masculinidade hegemônica enfrentam maior discriminação e preconceito, sugerindo que isso pode não ser apenas uma questão homofóbica, mas também, principalmente, misógina. O ideal de masculinidade, destacando virilidade e força, tem suas raízes nos séculos II e XVIII. Ao longo do tempo, foi construído social e historicamente como o padrão

desejável e legítimo de comportamento masculino, enquanto a feminilidade não recebe a mesma valorização (Moura; Nascimento, 2021; Saraiva et al., 2020).

A homofobia pode ser entendida por meio de dimensões cognitivas, afetivas e comportamentais. Na dimensão cognitiva, a rejeição não é dirigida ao homossexual como indivíduo, mas à homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Na dimensão afetiva, refere-se à rejeição dos homossexuais, expressa por sentimentos de repulsa. A dimensão comportamental se manifesta em interações esportivas, incluindo expressões de ódio, agressões verbais e/ou físicas, e discriminações veladas, como a exclusão diária dos gays (Castro & Siqueira, 2020).

A associação do homossexual à falta de masculinidade é reforçada por meio de injúrias homofóbicas, que consistem em atos verbais que moldam a experiência homossexual. Esses atos de fala não apenas impõem ultraje à subjetividade gay, mas também levam à internalização da homofobia. Essas injúrias inauguram relações de domínio às quais os homossexuais se veem subordinados, incluindo formas menos evidentes, como fofocas, alusões, insinuações, palavras maldosas, boatos e brincadeiras mais ou menos explícitas (Castro & Siqueira, 2020).

No futebol, esporte majoritariamente praticado por homens e muito popular, o uso de insultos homofóbicos é comum entre os torcedores, sendo muitos deles considerados inofensivos, uma maneira autêntica de expressão coletiva. A influência da heteronormatividade começa cedo nas atividades esportivas, especialmente na socialização masculina durante as aulas de educação física. Nesses ambientes, muitos meninos, enquanto estão no processo de “tornarem-se homens”, absorvem normas de gênero e usam termos pejorativos entre si. Isso perpetua, por meio da repetição, as expectativas de comportamento de gênero, já que qualquer menção à homossexualidade é percebida como ameaçadora, independente da orientação sexual do indivíduo (Castro & Siqueira, 2020).

No contexto do futebol, atitudes discriminatórias contra homossexuais persistem por meio do uso de linguagem homofóbica, como cânticos, xingamentos e piadas, que não apenas insultam atletas e torcedores gays, mas também reforçam a ênfase na masculinidade dominante. Essas práticas, infelizmente comuns em competições e meios virtuais, contribuem para a naturalização da discriminação. Nas equipes esportivas, a amizade entre homens destaca-se como um modo

de união social que, de maneira paradoxal, reprime desejos homoeróticos. Isso se manifesta na constante propagação de estereótipos homossexuais por meio de discursos, cânticos, piadas e linguagem grosseira. Esses comportamentos reforçam as normas que esperam que a masculinidade seja associada a características como ser forte, competitivo, agressivo, viril e, acima de tudo, heterossexual (Castro & Siqueira, 2020).

No ambiente esportivo, a expressão aberta da identidade homossexual é considerada irrealizável, já que atletas e torcedores gays sentem a pressão para perceber a sexualidade como algo inquestionável, mesmo que a heterossexualidade em si seja imposta compulsoriamente, manifestando-se de diversas formas nas comunicações discursivas. A discriminação homofóbica no esporte é vista como um problema sistemático, originando-se de vários meios que reforçam as normas heteronormativas. Isso fica evidente na maneira como a sociedade reforça a ligação entre gênero e sexualidade, muitas vezes levando à necessidade de esconder a orientação sexual, conhecida como “ficar no armário” (Castro & Siqueira, 2020).

Para se envolver no futebol, os torcedores homossexuais adotam estratégias, como se silenciar diante de comentários homofóbicos ou até mesmo proferir tais injúrias contra outros, ou imitam comportamentos heterossexistas, escondendo sua orientação sexual. Já os jogadores não assumidos mantêm em segredo sua vida pessoal, simulando uma heterossexualidade. Aqueles que decidem “sair do armário” geralmente o fazem somente após encerrar suas carreiras no futebol. No Brasil, o esporte promove a ideia de corpos masculinos produtivos, inclusive durante o lazer, enquanto o corpo homossexual é considerado improdutivo e, por isso, excluído do mundo esportivo (Castro & Siqueira, 2020).

Times de futebol formados por membros da comunidade gay têm surgido como uma alternativa para aqueles que não se alinham aos padrões heteronormativos. Essas equipes, compostas principalmente por jogadores gays, buscam não apenas inclusão no mundo do futebol, mas também a promoção de experiências coletivas de pertencimento à comunidade gay, resistindo, assim, às hostilidades frequentes. Essa iniciativa representa uma maneira de resistência ao impacto social da heteronormatividade (Castro & Siqueira, 2020).

Nos “esportes LGBT”, durante as competições, os participantes costumam usar a ironia como uma

maneira de se expressar, por exemplo, os homens esportistas gays normalmente se chamam no feminino entre si. Esse tom descontraído foi adotado pelas torcidas *queer* no Brasil, que surgiram em 2013 como formas de resistência, especialmente online e em alguns estádios. Elas buscam respeito para torcedores assumidamente gays, expressando isso de maneira humorística e desafiando a heteronormatividade por meio de arquétipos como bicho, humor e erotismo, evidenciados em nomes como “*Alligaytors*”, “*BallCats*”, “*BeesCats SoccerBoys*” e “*Predadores*”. Dessa forma, ao se apropriarem de palavras depreciativas, eles atribuem um novo significado à injúria (Castro & Siqueira, 2020).

Não há uma entidade única de masculinidade que seja comum a todas as sociedades. O termo “masculinidade” engloba realidades incomensuravelmente distintas, podendo ser atribuído a uma ampla variedade de comportamentos, contanto que provenham de homens com características físicas específicas, como a presença de um pênis e níveis adequados de testosterona. Assim, as masculinidades são configuradas por práticas realizadas na ação social, diferenciando-se conforme as relações de gênero em um contexto social específico (Moura & Nascimento, 2021).

Conforme discutido, as feminilidades e masculinidades coexistem em todos os indivíduos, permitindo que mulheres apresentem traços associados à masculinidade, enquanto homens podem manifestar características consideradas femininas. Contudo, persiste a predominância da masculinidade hegemônica, que, em um contexto social, é uma faceta adicional da dominação masculina. A expressão da feminilidade por homens muitas vezes é percebida negativamente devido à contrariedade aos papéis tradicionais de gênero (Moura & Nascimento, 2021).

### **Contexto histórico da despatologização da homossexualidade**

Na 6ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID) de 1948, a homossexualidade foi categorizada como “homossexualismo” na seção 320, designada como “personalidade patológica”. Posteriormente, na 8ª Revisão de 1965, foi reclassificada sob a categoria 302, intitulada “desvio e transtornos sexuais”, especificamente na subcategoria 302.0. A persistência dessa classificação na 9ª revisão gerou críticas substanciais nos campos da medicina, psicologia e psiquiatria, sendo também rejeitada

por movimentos homossexuais em vários países (Carneiro, 2015).

Desde o final dos anos 70, os movimentos LGBTs, inicialmente conhecidos como Movimento Homossexual Brasileiro, concentraram suas atividades políticas na luta contra o preconceito direcionado aos homossexuais. Uma das principais metas desse movimento foi a despatologização da homossexualidade em relação a órgãos nacionais de saúde, incluindo o Conselho Federal de Medicina (CFM), o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (Gama, 2019).

A decisão de pleitear a despatologização da homossexualidade no Brasil foi estabelecida durante o primeiro encontro de grupos de militância homossexual em 1979, sendo reforçada nos eventos subsequentes, como o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais em 1980. Nessas ocasiões, ficou acordado que os ativistas buscariam a remoção do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS), adotado pelo Inamps. Para alcançar esse objetivo, eles planejaram estabelecer contatos com profissionais da área da saúde, formar núcleos de estudo sobre a despatologização da homossexualidade e exercer pressão sobre instituições como a OMS, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), o CFM e o CFP (Gama, 2019).

O grupo Somos, inicialmente proeminente nas ações de militância homossexual, não conseguiu dar continuidade devido à sua fragmentação interna, encerrando suas atividades em 1982. Nesse contexto, foi o Grupo Gay da Bahia (GGB) que assumiu a liderança na batalha pela despatologização da homossexualidade. O GGB organizou manifestações nos encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), obteve o apoio do então ministro da Previdência Social, Dr. Jair Soares, conduziu um abaixo-assinado com mais de 16 mil assinaturas e conquistou a aprovação de instituições como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) (Gama, 2019).

Tanto a Medicina como a Psicologia, gradativamente, reconheceram que a homossexualidade não constitui uma doença. Assim, em 1985, o CFM removeu o “homossexualismo” da classificação de doenças. Mas, só depois, em 1990, a homossexualidade

foi retirada da lista de doenças da OMS. Na mesma década, em 1999, o CFP proibiu, com a Resolução nº 001/1999, que os psicólogos realizassem psicoterapias que tinham como finalidade a “cura da homossexualidade” (Ribeiro & Scorsolini-Comin, 2017).

### **Dogmas religiosos versus homossexualidade**

O debate sobre a aceitação da homossexualidade pelas instituições religiosas reflete a diversidade de crenças e posturas em relação a essa questão. Enquanto algumas religiões aceitam e até celebram a diversidade sexual, outras consideram a homossexualidade como pecado e promovem a ideia de “cura”. No entanto, a adesão individual a essas normas varia, destacando a influência dos aspectos culturais e a crescente liberdade de escolha religiosa. Embora as religiões tentem influenciar as pessoas de acordo com seus valores, a orientação sexual é reconhecida como fluida e sujeita a mudanças ao longo da vida de cada indivíduo, podendo ser influenciada tanto pela religiosidade quanto por outros fatores sociais e pessoais (Duarte & Carvalho, 2005; Ribeiro & Scorsolini-Comin, 2017).

Um estudo qualitativo examinou as experiências de jovens adultos homossexuais praticantes das religiões católica, evangélica e espírita, utilizando o modelo bioecológico de Urie Bronfenbrenner. Os participantes rejeitaram a visão de pecado atribuída à homossexualidade por suas religiões, destacando divergências dentro das próprias denominações e a importância da interpretação individual dos ensinamentos religiosos. Embora enfrentem ocasionalmente discriminação e desconforto, muitos mantêm uma relação positiva com suas comunidades religiosas, buscando apoio e compreensão em momentos difíceis. A pesquisa evidencia a complexidade das interações entre identidade sexual, crenças religiosas e comunidade, destacando a capacidade dos indivíduos de reinterpretar e questionar normas religiosas em busca de aceitação e pertencimento (Ribeiro & Scorsolini-Comin, 2017).

Além disso, a influência da religião no processo de aceitação da homossexualidade pelos pais e na interação familiar foi explorada. Embora as visões religiosas possam moldar a percepção dos pais sobre a homossexualidade, outros fatores pessoais e contextuais também desempenham um papel significativo. O estudo destaca a importância da aceitação gradual pelos pais e da influência positiva das comunidades

religiosas após a revelação da orientação sexual. No entanto, persistem desafios relacionados à discriminação e à busca por inclusão dentro das instituições religiosas, evidenciando a complexa interação entre valores religiosos, identidade sexual e relações familiares (Ribeiro & Scorsolini-Comin, 2017).

A interseção entre religião, espiritualidade e orientação sexual muitas vezes expõe pessoas LGBTQIAPN+ à homonegatividade e à homofobia internalizada, resultando em conflitos emocionais e desafios para a construção de uma identidade positiva. Enquanto a religiosidade pode oferecer apoio social e senso de pertencimento, ela também pode veicular ensinamentos que condenam a homossexualidade, aumentando os sentimentos de vergonha e autodesprezo. Ambientes religiosos que rejeitam a orientação sexual de pessoas LGBTQIAPN+ tendem a perpetuar a homofobia internalizada, exacerbando o risco de problemas de saúde mental e física, como pensamentos suicidas e comportamentos de risco. A busca por integração religiosa e aceitação da orientação sexual muitas vezes envolve estratégias complexas, incluindo o desafio de reinterpretar ensinamentos religiosos tradicionais (Estrázulas & Morais, 2019).

O conflito entre religião e orientação sexual é evidenciado em estudos que mostram que indivíduos LGBTQIAPN+ criados em ambientes religiosos ortodoxos, como a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, têm maior probabilidade de buscar terapias de conversão sexual, embora muitos relatem baixa eficácia desses métodos. Estratégias de equilíbrio entre orientação sexual e vida religiosa são adotadas por pessoas LGBTQIAPN+ religiosas, muitas vezes priorizando um aspecto sobre o outro para lidar com o conflito. Além disso, no contexto político brasileiro, a influência conservadora da religião, refletida no Congresso Nacional, contribui para a oposição aos direitos da população LGBTQIAPN+, exacerbando a discriminação e violência contra essa comunidade. O Brasil enfrenta uma alarmante taxa de assassinatos e suicídios de indivíduos LGBTQIAPN+, posicionando-se como líder mundial em crimes contra minorias sexuais, o que destaca a urgência de ações efetivas para combater a LGBTfobia e promover a igualdade de direitos (Estrázulas & Morais, 2019).

#### **Gênero e expressões de gênero**

A maneira como os indivíduos LGBTQIAPN+ se autorreferenciam, como homossexuais, trans ou travestis, está intrinsecamente ligada a questões

somatopolíticas, moldadas por técnicas que influenciam a dominação dos corpos e resultam na criação de um conhecimento sobre si mesmos. A sociedade e a história moldam a vivência da sexualidade, resultando em uma multiplicidade de identidades ao longo do tempo, enquanto tentativas de definir regras para categorizar identidades de gênero e orientação sexual buscam criar ordem. A identidade social é fundamental para o indivíduo, relacionada ao conhecimento de fazer parte de grupos sociais específicos e influenciando a maneira como ele se percebe e executa seu papel na sociedade. A teoria da identidade social destaca a importância da pertença a grupos sociais na formação do autoconceito e na interação social, destacando que a construção da identidade individual é influenciada pelo contexto social que dá significado a essas associações (Moura & Nascimento, 2021; Silva & Cerqueira-Santos, 2014).

A busca pela identidade social das pessoas travestis, transexuais e transgêneros destaca a importância do apoio da comunidade para alcançar autonomia diante dos desafios enfrentados devido ao preconceito em relação a identidades sexuais não convencionais. Essas pessoas passam por tratamentos hormonais e cirurgias para alinhar seus corpos à identidade de gênero com a qual se identificam, enfrentando conflitos com as normas de gênero e a necessidade de reconhecimento do nome social e cirurgia de redesignação sexual. A transexualidade evidencia a complexidade das normas de gênero, desafiando a visão tradicional do mundo dividido entre homens e mulheres com base apenas na genitália, o que pode levar à consideração equivocada dessas experiências como patológicas (Silva & Cerqueira-Santos, 2014).

A compreensão tradicional e simplista de dividir os corpos com base em uma estrutura binária de gênero, centrada em genitálias específicas, revela-se confusa e inadequada diante da complexidade da identidade de gênero. A linguagem desempenha um papel fundamental na moldagem da percepção dos corpos, tanto em sua aceitação quanto em sua negação, perpetuando estigmas contra identidades de gênero não convencionais. Travestis e transexuais buscam cirurgias e modificações corporais como maneira de alcançar aceitação social, porém são frequentemente patologizadas pela perspectiva médica. No contexto das travestis femininas em Porto Alegre, os cuidados com o corpo e a construção da identidade de gênero são intrínsecos às práticas cotidianas, refletindo a interconexão entre corpo, cultura e identidade.

A questão do nome social, embora reconhecida em documentos oficiais, muitas vezes não é respeitada em instituições públicas, o que pode comprometer a identidade social dessas pessoas. Estratégias de valorização do grupo e reconhecimento da beleza conforme os padrões de gênero desejados contribuem para a construção de uma identidade social positiva e empoderada (Benedetti, 2005; Silva & Cerqueira-Santos, 2014).

Travestis e transexuais enfrentam obstáculos significativos devido ao estigma, ao preconceito e aos estereótipos de gênero, afetando negativamente sua identidade e seus desejos de reconhecimento. A compreensão dessas identidades varia entre diferentes grupos, com divergências sobre terminologia e definições. A falta de apoio social, exacerbada pela falta de aceitação, contribui para sua marginalização. No entanto, manter um senso de pertencimento pode ser benéfico, facilitando a cooperação e o apoio mútuo. O desenvolvimento da identidade é influenciado pelas interações sociais ao longo da vida, com a rede de apoio social desempenhando um papel crucial na mitigação de riscos e na promoção do bem-estar. Fatores de risco, como violência familiar e falta de suporte, podem ser contrabalançados por fatores de proteção, como amizades sólidas e acesso a serviços públicos. O apoio social, tanto emocional quanto prático, é essencial para enfrentar desafios e promover uma vida satisfatória, com a formação de redes confiáveis que oferecem suporte em momentos difíceis (Silva & Cerqueira-Santos, 2014).

No contexto da transexualidade e da travestilidade, a falta de uma rede de apoio social abrangente, marcada por estigma e preconceito, é uma realidade desafiadora. Apesar dos avanços médicos e psicoterapêuticos, o suporte social nem sempre é completo ou satisfatório. A família desempenha um papel fundamental como principal fonte de apoio, embora a aceitação familiar varie consideravelmente, afetando a identidade e as decisões relacionadas à transição de gênero. Além disso, os relacionamentos amorosos também são cruciais na rede de apoio social, com preocupações sobre revelar a condição trans influenciando a busca por parceiros e a satisfação conjugal. A genitalização das relações afeta a autoestima e a dinâmica dos relacionamentos, mas não implica uma rejeição dos corpos trans ou uma assexualidade intrínseca, destacando a variedade de técnicas para o prazer e a flexibilidade nas relações afetivas e sexuais (Silva & Cerqueira-Santos, 2014).

Para pessoas trans e travestis, o apoio social desempenha um papel crucial na construção da identidade e no enfrentamento dos desafios enfrentados devido ao estigma e à discriminação. A cirurgia de redesignação sexual é vista como uma etapa fundamental para alcançar uma identidade mais autêntica e integrada, proporcionando uma definição clara do sexo psicológico e facilitando a integração familiar e social. Além da família, amigos e a comunidade LGBTQIAPN+ fornecem apoio emocional, afetivo e instrumental, promovendo autoestima, satisfação com a vida e fortalecendo a confiança pessoal. No entanto, esses avanços na aceitação e apoio são desafiados por narrativas fundamentalistas religiosas no Brasil, que incitam o preconceito e a exclusão da comunidade LGBTQIAPN+, representando uma clara incompatibilidade entre o fundamentalismo religioso e os princípios democráticos de respeito à diversidade e aos direitos humanos (Lionço, 2017; Silva & Cerqueira-Santos, 2014; Souza & Gomes, 2022).

Como Hilton (2023) destaca:

... Agora difícil é praticar os ensinamentos que estão na Bíblia, fazer do evangelho uma caricatura pra pregar ódio e violência contra um grupo massacrado da sociedade brasileira. Não caíamos nesse cinismo, não caíamos nessa farsa, não caíamos nesse malabarismo pra dizer que aqui estão os defensores dos direitos da comunidade LGBTQIA+ pregando contra os evangélicos, pregando contra as igrejas. Nós estamos falando que há determinados grupos, que inclusive é preciso fazer a dicotomia, fundamentalistas são diferentes de religiosos, fundamentalistas são diferentes de cristãos. O Fundamentalismo é um projeto de poder político, não é um projeto de poder reli-

gioso. Um projeto de poder político que se utiliza do religioso, se utiliza da espiritualidade, se utiliza da vulnerabilidade social das pessoas pra impor a sua vontade . . .

## Considerações Finais

Nesta reflexão, torna-se claro como o patriarcado e os preceitos religiosos funcionam como ferramentas de controle social, promovendo uma visão normativa da família e da sexualidade que marginaliza e estigmatiza aqueles que não se conformam com os padrões heteronormativos e binários de gênero. A pressão para os homens se enquadrarem nesses padrões resulta em exclusão social e profissional, perpetuando a desigualdade e favorecendo os que se conformam com as normas estabelecidas.

Portanto, os homens enfrentam pressões sociais para se conformarem aos padrões, destacados em contextos como o do futebol, no qual a homofobia é comum. Em resposta, surgem times gays buscando mudanças. A identidade social é crucial, especialmente para pessoas trans, que enfrentam desafios na reconstrução de suas identidades. O desrespeito às identidades trans e travestis pode acarretar complicações internas e externas.

Em última análise, este artigo visa enriquecer a produção de conhecimento ao explorar a influência adversa do patriarcado, aliado aos dogmas religiosos, sobre a sexualidade, identidade e expressão de gênero. Paralelamente, busca fomentar a discussão em torno desse tema. Dada a complexidade intrínseca, urge a necessidade de mais pesquisas para abordar aspectos não contemplados neste ensaio teórico, como é o caso das mulheres masculinas dentro da sociedade patriarcal e religiosa.

## Referências

- Aguiar, N. (2000). Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade e Estado*, 15(2), 303-330. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>
- Armstrong, K. (2009). *Em nome de Deus: O fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. Companhia das Letras.
- Benedetti, M. R. (2005). *Toda feita: O corpo e o gênero das travestis*. Editora Garamond.
- Carneiro, A. J. D. S. (2015, 27-31 de julho). *A morte da clínica: Movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil 1978-1990* [Sessão de conferência]. Simpósio Nacional de História,


- Florianópolis, SC, Brasil. [https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235\\_ARQUIVO\\_Artigo-Amortedaclinica.pdf](https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf)
- Castro, G. H. C. D., & Siqueira, M. V. S. (2020). “Vão achar que é uma piada, mas, para nós, não!”: Discursos de resistência em clubes brasileiros de futebol gay. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(4), 1058-1070. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200097>
- Duarte, L. F. D.; & Carvalho, E. N. (2005). Religião e psicanálise no Brasil contemporâneo: novas e velhas *Weltanschauungen*. *Revista de Antropologia*, 48(2), 473-500. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000200002>
- Estrázulas, M. D. d. M., & Morais, N. A. d. (2019). A experiência religiosa/espiritual de lésbicas, gays e bissexuais: Uma revisão integrativa de literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35436>
- Gama, M. C. B. (2019). Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (31), 4-27. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.31.02.a>
- Hilton, E. [@hilton\_erika]. (2023, 28 de setembro). *Casamento Igualitário: Eu Digo Sim* [Vídeo]. Instagram. [https://www.instagram.com/hilton\\_erika/reel/CxvNkwPAI49/](https://www.instagram.com/hilton_erika/reel/CxvNkwPAI49/)
- Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 37(spe), 208-223. <https://doi.org/10.1590/1982-3703160002017>
- Machado, L. (2023, 11 de maio). Duas pessoas LGBTIQAPN+ morreram a cada três dias no Brasil em 2022. *Globo News*. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/11/duas-pessoas-lgbtiqapn-morreram-a-cada-tres-dias-no-brasil-em-2022.ghtml>
- Moura, R. G. d., & Nascimento, R. P. (2021). O gayafeminado nas organizações: Uma tensão permanente com padrões heteronormativos. *Revista Estudos Feministas*, 29(1). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n165840>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>
- Oliveira, M., & Bárbieri, L. F. (2019). STF permite criminalização da homofobia e da transfobia. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>
- Ribeiro, L. M., & Scorsolini-Comin, F. (2017). Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos. *Psicologia & Sociedade*, 29. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i162267>
- Rudas, S. (2021). A teoria política da laicidade no Brasil, uma proposta de unificação. *Novos Estudos - CEBRAP*, 40(3), 445-461. <https://doi.org/10.25091/S01013300202100030006>
- Saraiva, L., Santos, L., & Pereira, J. (2020). Heteronormativity, masculinity and prejudice in mobile apps: The case of grindr in a brazilian city. *Brazilian Business Review*, 17(1), 114-131. <https://doi.org/10.15728/bbr.2020.17.1.6>
- Silva, B. B., & Cerqueira-Santos, E. (2014). Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da Spagesp*, 15(2), 27-44. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702014000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004)
- Souza, J. T. B., & Gomes, R. J. S. (2022). Fundamentalismo religioso e democracia no Brasil: entranhas de dois extremos. *Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB*, 18(2), 517-537. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/54222>
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: Dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

---

Lucas Willyam Gonçalves De Santana

Graduando em Psicologia no Centro Universitário Maurício De Nassau de Aracaju, (UNINASSAU), Aracaju – SE, Brasil.


E-mail: [lucasgoncalves.glz08@gmail.com](mailto:lucasgoncalves.glz08@gmail.com)

 <https://orcid.org/0009-0006-7585-052X>

*Thiago de Oliveira Felizmino*

Psicólogo e Mestre em Psicologia. Professor Universitário no Centro Universitário Maurício De Nassau de Aracaju (UNINASSAU), Aracaju – SE. Brasil.

E-mail: thiagofelizmino@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4880-8386>

Endereço para envio de correspondência:

Rua Vinte e Um de Abril, 275, Dezoito do Forte. CEP: 49072-760. Aracaju – SE. Brasil.

*Recebido* 25/06/2024

*Aceito* 07/05/2025

*Received* 06/25/2024

*Approved* 05/07/2025

*Recibido* 25/06/2024

*Aceptado* 07/05/2025

Disponibilidade de dados: os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003287890>

Editores responsáveis: Miriam Cristiane Alves e Rafael Wolski de Oliveira.

*Como citar:* Gonçalves, L. W. G. S., & Felizmino, T. O. (2026). Sociedade Patriarcal Religiosa: o Homem Afeminado, Sexualidade e Expressões de Gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e287890. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287890>

*How to cite:* Gonçalves, L. W. G. S., & Felizmino, T. O. (2026). Religious Patriarchal Society: the Effeminate Man, Sexuality and Gender Expressions. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e287890. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287890>

*Cómo citar:* Gonçalves, L. W. G. S., & Felizmino, T. O. (2026). Sociedad Patriarcal Religiosa: el Hombre Afeminado, Sexualidad y Expresiones de Género. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e287890. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287890>